

Educomunicação na prefeitura de São Paulo: relato de experiência com o edital do Governo Aberto

Andressa Caprecci
Janaína Gallo
Tatiana Carvalho (Luz)

1. Introdução

A Educomunicação vem cada dia mais conquistando espaço como um caminho facilitador de intervenção social, vinculada à projetos de defesa e promoção da cidadania e prática dos direitos humanos. O termo se faz presente, inclusive, no recém concluído Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo, no qual a Educomunicação apresenta-se como um dos eixos temáticos para se trabalhar com a educação em direitos humanos. O objetivo deste artigo é apresentar um relato sobre as formações aplicadas pelo coletivo Edu com DH por meio do edital Agentes de Governo Aberto, da Prefeitura de São Paulo. Nestas formações, buscou-se trabalhar a interface da Educomunicação com a educação em direitos humanos, a partir de técnicas de jornalismo com enfoque específico no áudio (Podcast).

2. Governo Aberto

A Prefeitura Municipal de São Paulo adota o conceito de governo aberto proposto pela Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership* ou OGP) que considera aberto o governo que abarque os princípios de transparência, integridade (*accountability*), participação social, inovação e tecnologia em sua gestão.

A Parceria para Governo Aberto é uma iniciativa internacional, cujo objetivo é difundir e incentivar globalmente práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, ao acesso à informação pública e à participação social. Busca-se assegurar que governos assumam compromissos concretos para promover a transparência e a participação cidadã, combater à corrupção e incentivar o desenvolvimento e uso de novas tecnologias para fortalecer a governança. A OGP foi lançada em 20 de setembro de 2011, sendo o Brasil um dos oito países fundadores da Parceria, junto com África do Sul, Estados Unidos, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido. São nove líderes de organizações da sociedade civil de diferentes países. Atualmente a parceria conta com outros 75 governos nacionais¹ e 20 governos subnacionais, além de milhares de entidades da sociedade civil. Como membro da OGP, o Brasil implementou inúmeras iniciativas de governo aberto, que estão em diferentes estágios e representam mudanças legais e administrativas que buscam transformar a gestão pública do país.

Na tentativa de atuar da maneira mais efetiva nos territórios e estimular reformas próximas aos cidadãos, a Parceria para Governo Aberto, em abril de 2016, deu início ao Programa Piloto para Governos Subnacionais. A cidade de São Paulo foi convidada, juntamente com outros 14 governos subnacionais, a participar da etapa piloto do programa da *OGP Local* em reconhecimento às diversas iniciativas de governo aberto que a capital já desenvolvia. Para isso, a São

1 Dados obtidos em <<http://governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/o-que-e-a-iniciativa>>. Disponível em <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2017/10/02/apos-adiamento-prefeitura-de-sao-paulo-mantem-programa-agentes-governo-aberto/>>. Acesso em 22 de agosto de 2018.

Paulo Aberta, em parceria com a Controladoria Geral do Município, dedicou-se à condução do processo participativo de construção do Plano de Ação e intensificou suas ações, a fim de promover e expandir a cultura de governo aberto.

O resultado foi a elaboração do Plano Municipal de Governo Aberto, que estipulava cinco compromissos a serem implementados por São Paulo em 2017, sendo um deles a manutenção e o aprimoramento do Programa Agentes de Governo Aberto, que na ocasião já havia realizado uma primeira edição, ocorrida entre os anos de 2015 e 2016.

O Programa Agentes de Governo Aberto, tem como objetivo realizar formação e certificação gratuita à população nas áreas de abrangência das 32 Prefeituras Regionais, que se alinham aos eixos da OGP - transparência, inovação, participação social e integridade (*accountability*) -, descentralizando a pauta ao mesmo tempo que instrumentaliza a sociedade para fazer o controle social. O Programa atualmente está na sua 3ª edição, sendo premiado no Fórum de Inovação Social no Setor Público e reconhecido como prática governamental replicável pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP).

As formações têm caráter teórico e prático, e são ministradas pelos Agentes de Governo Aberto, ou seja, pessoas físicas cujos projetos credenciados são selecionados, por meio do Edital de Credenciamento do programa, recebendo para tal uma bolsa como apoio financeiro.

O projeto *Edu com DH - Educomunicação em Direitos Humanos*² foi um dos 56 selecionados da segunda edição do edital, dentre 167 inscritos. A segunda edição foi executada de maneira Inter secretarial, coordenada pela São Paulo Aberta/Secretaria de Relações Internacionais e Controladoria Geral do Município/Secretaria Municipal de Justiça.

2 Edu com DH - Educomunicação em Direitos Humanos é o nome do coletivo formado por Andressa Caprecci, Janaína Gallo e Tatiana Luz. O projeto inscrito no edital tem o mesmo nome do coletivo, mas embora os nomes sejam iguais, o coletivo não se resume ao projeto.

O projeto foi contemplado dentro do eixo Inovação, Tecnologia Aberta e Colaborativa. Tal categoria é voltada para atividades formativas introdutórias, intermediárias e avançadas, relacionadas aos temas de governo aberto e das políticas públicas, nas áreas de inovação social e tecnologia, como oficinas e cursos de criação de ferramentas digitais e não digitais, de programação de computadores, de desenvolvimento de jogos, de programas e aplicativos para computadores e celulares, e atividades formativas práticas de uso e desenvolvimento de hardwares e softwares livres e abertos, e de inovações sociais e colaborativas.³

Após a seleção do projeto, o coletivo foi procurado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos, que faz parte do Comitê intersecretarial que seleciona os projetos participantes do edital. Em seguida, foi desenvolvida parceria também com o Núcleo de Educomunicação, tendo em vista que ambos se interessaram pelo projeto em virtude do tema apresentado.

3. O projeto

3.1 Justificativa

A violação dos direitos humanos é algo que se apresenta em nossa sociedade, tanto por parte dos Estados, que os violam sistematicamente, quanto no discurso de boa parte da população. Em 2017 o Brasil recebeu mais de 240 recomendações de Estados-membros das Nações Unidas para melhorar a situação dos direitos humanos no país, segundo relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, na Suíça.⁴

Corroborando com essas violações, o que prevalece hoje na sociedade é uma visão distorcida acerca desses direitos. A pesquisa do Instituto Ipsos de 2018, obtida pela BBC Brasil⁵ aponta que, na opinião de dois em cada três brasileiros,

3 Edital nº 01/2017 - CGM/SMRI Edital de chamamento para seleção de agentes formadores de Governo Aberto.

4 Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/revisao-periodica-universal-brasil-recebe-mais-de-240-recomendacoes-de-direitos-humanos-na-onu/>>. Acesso em 20 de setembro de 2018.

5 SHALDERS, André. Dois em cada três brasileiros acham que 'direitos humanos defendem mais os bandidos', diz pesquisa. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44148576>> Acesso em 16 de maio de 2018.

os Direitos Humanos defendem mais os criminosos que suas vítimas. Embora 63% dos entrevistados se digam genericamente "a favor" dos Direitos Humanos, 21% se manifestam contrariamente à mera existência deles. A pesquisa também revela um desconhecimento sobre a real aplicação dos Direitos Humanos no país. Enquanto 35% dos entrevistados acham que o tema é mais ligado a partidos de esquerda, 16% acreditam ser mais ligado a partidos de direita e 39% não saberiam dizer. Outros 54% concordam com a afirmação de que "os Direitos Humanos não defendem pessoas como eu" - o que a rigor é falso, já que os Direitos Humanos se aplicam a todas as pessoas. Essa completa desinformação favorece a não garantia desses direitos, tidos como mínimos necessários para uma vida com dignidade.

A partir desse ambiente árido em consciência de direitos, somado a um contexto de desinformação disseminada pela mídia e pelas *fake news* na internet, que o coletivo Edu com DH decidiu inscrever uma formação sobre direitos humanos no edital do Governo Aberto. Afinal, o grupo entende que a Educomunicação tem muito a colaborar com esse enorme desafio a que se propõe a Educação em Direitos Humanos, ajudando no processo de reflexão, instigação e desconstrução do atual cenário, a partir do exercício e incentivo da autonomia e o despertar para a consciência crítica.

3.2 Aplicação

O processo inicial deu-se em três etapas, a primeira com a construção da proposta, a segunda com a inscrição no edital e a terceira com a seleção. Logo depois dessas etapas iniciais houve um processo de articulação com as secretárias que poderiam acompanhar os projetos e auxiliar os processos burocráticos de cada agente de governo aberto. E, como já citado, o coletivo Edu com DH realizou parcerias com a Secretaria de Direitos Humanos e com o Núcleo de Educomunicação. Essa articulação resultou em três momentos de implementação do curso: no primeiro mês, para o cumprimento das dez horas de formação mensais - que era um requisito do edital - trabalhou-se com uma turma de 7º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Lilian Maso, o curso realizou-se no Centro Educacional Unificado (CEU) Jardim Paulistano. No segundo mês, a formação foi ofertada à professores da Diretoria Regional de Ensino (DRE) Fre-

guesia do Ó/Brasilândia. No último mês houve a inserção do curso na programação da Semana de Direitos Humanos da cidade de São Paulo. Nessa última oferta as oficinas, que realizaram-se na biblioteca Monteiro Lobato, sofreram adaptação pois foram apenas dois encontros com o público participante e não três. Por último houve uma audição dos podcasts na praça do Patriarca. Tal evento foi aberto ao público e teve convite especial aos participantes dos três meses de formação para um debate.

O projeto teve como objetivos fortalecer a noção de valores básicos e fundamentais, como liberdade, dignidade, igualdade, justiça e respeito. Buscou-se promover o olhar crítico e trabalhar a autonomia e o protagonismo dos alunos. Intencionava-se desenvolver o conhecimento técnico introdutório para produção de conteúdo midiático, com enfoque específico no áudio (Podcast), buscando que os alunos se apropriassem de técnicas jornalísticas tanto para produção própria quanto para o desenvolvimento de criticidade acerca da mídia. Por fim, trabalhou-se o potencial dos grupos como um ecossistema criativo e aberto a partir da construção coletiva do conhecimento e da formação cidadã.

Os conteúdos trabalhados foram divididos em quatro pilares para ancorar as atividades propostas, sendo eles: (1) “direito à participação social e educação”, (2) “direito à informação e liberdade de expressão”, (3) “direitos humanos e a diversidade” (4) “conceito de edição”. Para cumprir os objetivos esperados e desenvolver os conteúdos propostos, dividiu-se o curso - no CEU e na DRE - em dois encontros de três horas e um encontro de quatro horas. E, na Biblioteca Monteiro Lobato foram dois encontros de três horas.

Este artigo não se propõe a contar sobre as atividades em detalhe. Aqui, descreve-se um resumo destas.

O primeiro encontro iniciou-se com acolhimento do grupo e alinhamento de expectativas, após as mediadoras apresentarem a proposta. Em seguida, desenvolveu-se a dinâmica da participação social com a construção de uma linha do tempo de acontecimentos ligados à temática dos Direitos Humanos, seguida de uma discussão sobre a importância dos movimentos populares e da ação individual nas conquistas dos direitos. Após essa atividade, as mediadoras trouxeram uma apresentação sobre a história dos direitos humanos e a inserção

destes na Constituição Federal, buscando ampliar o repertório dos educandos para a produção do podcast. Iniciou-se então o processo de realização da pauta, a partir de um roteiro levado pelas mediadoras, o qual é calcado nas técnicas jornalísticas. No fim, em roda, os integrantes expressaram os sentimentos e impressões sobre o curso.

No segundo encontro, voltado aos direitos humanos e diversidade, tratou-se das diferenças. O momento inicial contou com a escuta da música “Ciranda da Bailarina” (1983), de Edu Lobo e Chico Buarque. Trabalhando a temática de forma lúdica utilizou-se o “jogo da (in)diferenciação” para introduzir a discussão e, posteriormente, houve um debate mediado em roda. Em um momento “mão na massa”, os educandos pesquisaram sobre a temática que estavam trabalhando, utilizando as bibliotecas e os computadores dos equipamentos públicos. Posteriormente saíram para as entrevistas e, após fazê-las, preencheram o roteiro de minutagem para que as mediadoras pudessem editá-las. No caso da formação dada na DRE, os próprios participantes editaram seus podcasts, ou ao menos iniciaram o processo.

No último encontro trabalhou-se o conceito de edição, após uma exposição sobre o mundo editado e sobre o software livre *Audacity*, discutiu-se a importância da responsabilidade ética na formação das narrativas comunicacionais. Após a escuta dos podcasts produzidos pelos grupos, foi realizada a dinâmica da teia como avaliação.

Cada grupo trouxe uma forma de pensar, uma dinâmica e um tempo. Houve a readaptação de algumas atividades e discussões, no entanto prezou-se por manter os conteúdos e os objetivos, buscando sempre respeitar a idiosincrasia do curso.

4. Porque podcasts

O podcast é um arquivo, mais utilizado no Brasil em formato de áudio MP3, que é reproduzido em plataformas populares, de fácil acesso. Essa forma de transmissão é chamada de Podcasting. A origem da palavra se deu da união do prefixo “Pod”, do aparelho *iPod* da *Apple* que reproduz áudios e vídeos, com o

“casting” de “broadcasting” traduzido como transmissão de telecomunicação (LUIZ e ASSIS, 2010, p. 1).

O idealizador foi Adam Curry, um ex apresentador da MTV americana. Com a intenção de criar um sistema de transmissão de mídia reproduzida em *iPods* desenvolveu uma configuração que permitiu unir arquivos a serem baixados automaticamente, pelos assinantes da plataforma (ASSIS, 2010, p. 2). A transmissão é feita por *Feed RSS (Real Simple Syndication)* e transmitida via arquivo de texto para usuários cadastrados e impulsiona sua divulgação (ASSIS, 2010, p. 4). Pode-se fazer o uso dos programas por meio da internet ou baixar os arquivos para serem ouvidos em dispositivos de reprodução (COUTINHO e JUNIOR, 2007, p. 840).

As características dos podcasts são a fácil transmissão, o fácil acesso, a variedade de temáticas e a diversidade de produtores de conteúdo. Essas características auxiliam na democratização da informação, uma vez que esta além de ser acessada facilmente, não é produzida somente por emissoras e conglomerados de mídia, mas por usuários comuns que utilizam a internet e pretendem transmitir suas opiniões (COUTINHO e JUNIOR, 2007, p. 840).

Isso aponta para a questão central sobre o podcast: o ouvinte não é mais “refém” da imposição das mídias tradicionais. Diferentemente da radiodifusão, através da qual o ouvinte recebe passivamente as informações de áudio transmitidas através de ondas eletromagnéticas por uma central de distribuição e é recebida por um aparelho de rádio somente nos locais e momentos disponibilizados pela central de distribuição, o podcast é disponível a qualquer momento e a qualquer pessoa que assinou e baixou o arquivo. Ouvir um podcast não é como ouvir a uma rádio onde se diz, “o que será que está passando?”, mas é mais uma ferramenta criativa onde se diz “vou ouvir o que eu quero” (FRANCO, 2009).

Levando em consideração a autonomia de criação e de escolha do ouvinte evidencia-se as múltiplas possibilidades que essa ferramenta fornece ao contexto pedagógico. Notou-se que o podcast é uma ferramenta em potencial para o

desenvolvimento de conteúdos, tanto por educadores que podem disponibilizá-los por meio de uma plataforma e os alunos cadastrados podem receber notificações por e-mail em cada postagem; quanto na produção pelos próprios alunos (COUTINHO e JUNIOR, 2007, p. 840).

Tendo em vista o potencial desta ferramenta para o trabalho educacional, o coletivo Edu com DH se apropriou neste curso de podcasts em áudios, fazendo uso do celular como ferramenta de gravação; do software livre *Audacity* para a edição; e da plataforma de armazenamento *SoundCloud* para hospedagem do material produzido.

5. Metodologia

Como já apresentado, as oficinas dividiram-se em três momentos. Para cada um deles estratégias específicas foram utilizadas, uma vez que os públicos eram diferentes. No entanto, a abordagem foi a mesma.

5.1 A Abordagem

A Educomunicação foi o paradigma no qual o curso se ancorou. Partiu-se do entendimento da “(...)inter-relação comunicação/educação como campo de diálogo, espaço para o conhecimento crítico e criativo, para a cidadania e solidariedade” (SOARES, p.13), um campo emergente, multidisciplinar que está comprometido com a práxis social transformadora em torno da democracia e dos direitos humanos.

Quando uma educadora decide qual será a abordagem de suas aulas e os métodos que utilizará visando o aprendizado dos educandos, ela faz uma escolha política. A maneira como o conteúdo é trabalhado no grupo faz parte do aprendizado de todos os envolvidos. A escolha pela Educomunicação como abordagem deu-se pelo fato de as três educadoras entenderem que esta é a melhor maneira de se desenvolver um processo de ensino e aprendizagens, visto as premissas do campo que regeram o curso:

- reconhecimento ao direito de participação;

O curso tem como foco mostrar o quanto cada um já participa socialmente, como pode ampliar este direito e a importância do exercício de participação

dentro de uma democracia, uma vez que este regime tem como pressuposto a participação social.

- conhecimento do direito à comunicação;

Ao lado dos direitos econômicos e sociais, o direito à comunicação é tido como um dos direitos fundamentais, tendo como origem os direitos à liberdade de expressão e à informação (que inclui o direito de cada um de informar, de se informar e de ser informado). A educomunicação reconhece a comunicação, em si mesma, enquanto direito humano fundamental, a ser reconhecido e implementado, buscando formar cidadãos críticos e autônomos em torno de uma nova comunicação.

- gestão democrática dos processos;

É possível enxergar na concepção da educação popular as raízes da educomunicação no que tange a gestão democrática dos processos. Em “Educação como prática de liberdade” Paulo Freire afirma: “Sempre confiáramos no povo. Sempre rejeitáramos fórmulas doadas. Sempre acreditáramos que tínhamos algo a permutar com ele, nunca exclusivamente a oferecer-lhe” (p. 102). Dadas as devidas proporções, a ideia da formação do Edu com DH era cuidar para que as decisões fossem tomadas no coletivo. Mesmo com relação à indicação de percurso feita pelas mediadoras. Esta foi apresentada no início de cada curso e posta para discussão do grupo. Claro, não é possível comparar com o processo narrado por Freire no livro citado, mas é importante perceber as matrizes de tal pensamento educacional.

- busca do diálogo como elemento articulador:

Segundo Paulo Freire no livro recém citado, só há comunicação quando há diálogo, sendo que para ele o diálogo “nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. (...) quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. (p. 107). Segundo Freire, o “antidiálogo” é oriundo de uma relação vertical de tais pólos de interlocução, sendo assim “é acríptico e não gera criticidade, exatamente porque é desamoroso.(...) Por tudo isso, o antidiálogo não comunica. Faz comunicados”. (p. 108). É nesta concepção do autor que o coletivo Edu com DH atua: visando

sempre o diálogo por meio do afeto e do respeito, tornando-o o elemento que articula todos os encontros. “Nesse sentido, a convivência saudável passa a ser, definitivamente, a grande meta do projeto educ comunicativo” (SOARES, p. 45).

5.2 Métodos utilizados

Foi adotado o método da complexidade, conceituado por Edgar Morin como aquele que:

Pede para pensarmos nos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para restabelecermos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras. (p. 192)

Todos os encontros iniciavam com uma atividade utilizada nos Círculos de Paz⁶, o momento de “check-in”, atividade na qual os participantes contavam como chegavam àquela roda, abrindo-se com o grupo. Este momento de acolhida era composto, além desta atividade, pelo alinhamento de expectativas e pela construção e retomada dos combinados do grupo (uso do celular, presença nos encontros, organização das falas, respeito, etc). Tais estratégias são baseadas na noção de educação pela comunicação: “Não se trata, pois, de educar usando o instrumento da comunicação, mas de que a própria comunicação se converta

6 Metodologia desenvolvida por Kay Pranis, baseada na qualidade das relações, pensada em como gerenciar conflitos, construir planos de ação através do consenso, promover o reconhecimento e a compreensão mútua e desenvolver o senso comunitário. Nos círculos de paz procura-se trabalhar a expressão das emoções num ambiente de respeito genuíno, fruto da escuta qualificada e do empoderamento de todos os participantes. Aliadas aos conceitos de democracia, direitos humanos e justiça social, estas práticas oferecem um instrumento de mudança na percepção dos modos diferentes de reagir frente a diversas situações. Mais informações podem ser encontradas em: BOYES-WATSON, Carolyn; PRANIS, Kay: No coração da esperança: guia de práticas circulares, Suffolk: University Center For Restorative Justice, 2011.

na vértebra dos processos educativos: educar pela comunicação e não para a comunicação” (SOARES, p.23).

As atividades de sensibilização contavam com uma exploração dos conteúdos por meio do corpo em movimento. Em uma delas, os participantes foram desafiados a montarem uma linha do tempo de acontecimentos importantes que ocorreram no mundo/país/bairro/nicho de cada um, desde o ano de nascimento da pessoa mais velha do grupo até 2018. Após a leitura de todas as contribuições o grupo foi instigado a pensar no significado daquela linha e no porquê da proposta de tal atividade. Após debates de ideias, chega-se à conclusão de que a linha pretende trazer à tona a questão da participação social: de quais daqueles acontecimentos cada um participou? De que forma participou? De que maneiras podemos participar dos acontecimentos sociais? Este já é considerado o momento de aprofundamento no tema, o qual é feito sempre por meio de discussões com o grupo todo a partir das quais o conhecimento é construído coletivamente, entre os pares e a partir de elementos que as mediadoras vão inserindo no debate, como vídeos, imagens, músicas. Por exemplo, no segundo encontro, após a sensibilização que é feita por meio de um jogo, as mediadoras inserem na discussão a fala de Boaventura de Souza Santos:

“...temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”⁷.

E é a partir dela que o grupo mergulha na compreensão dos direitos humanos. O terceiro momento dos encontros é aquele em que os educandos traduzem numa produção (os podcasts) tudo aquilo que está sendo pensado e discutido.

7 Santos, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 56.

Por fim, o último momento é o de avaliação. Retoma-se a atividade de acolhimento ao fazer a rodada de “check-out” e realinhamentos de expectativas.

Cabe ainda acrescentar que as mesmas estratégias foram utilizadas para os três grupos, a diferença foi o tamanho do direcionamento dado pelas educadoras. Em outras palavras, quando a atuação foi feita com os adolescentes do 7º ano da Escola Municipal Lilian Maso o direcionamento com relação aos caminhos a serem adotados foi ligeiramente maior do que o direcionamento dado aos professores da rede no curso que aconteceu na DRE Brasilândia/Freguesia do Ó. A autonomia e o protagonismo dos educandos era premissa do curso, no entanto estes devem ser adequados às demandas de cada grupo. Por exemplo, na terceira formação dada no Festival de Direitos Humanos, o grupo era muito heterogêneo, visto que o curso foi aberto ao público em geral, então o direcionamento diferenciou-se em cada pequeno grupo formado, e a ajuda individualizada deu-se de maneira mais intensa.

Portanto, as aulas destas formações em questão do coletivo Edu com DH partem da abordagem da Educomunicação e da metodologia do pensamento complexo, para construir estratégias próprias que abarcam diferentes referências para edificar o processo em conjunto com o grupo.

6. Resultados

Os resultados podem ser mensurados de duas maneiras diferentes, a primeira a partir dos produtos palpáveis: os podcasts.

Os vinte e sete estudantes de 7º ano da Escola Municipal Lilian Maso produziram seis podcasts, sobre as seguintes temáticas: igualdade de gênero, direito à educação, reforma do ensino médio, regras escolares e dois deles foram sobre direito à nacionalidade.

Os dez profissionais da rede pública, que realizaram o curso na Diretoria Regional de Ensino da Freguesia do Ó/ Brasilândia, dividiram-se em dois grupos, tendo este curso dois podcasts como produto final, um tratou do tema do direito à cultura e ao lazer, enquanto o outro se aprofundou na questão da igualdade racial.

A formação dada no quinto Festival de Direitos Humanos da cidade de São Paulo resultou em três podcasts: sobre direito à informação, direito de ir e vir e direito à moradia.

Todos os podcasts estão hospedados de forma organizada na plataforma SoundCloud, a qual permite que ouvintes possam ter acesso gratuito e ilimitado ao conteúdo. Até setembro de 2018, o podcast com maior número de acessos teve 34 audições, e o menos escutado teve 14.

Porém, o número de ouvintes não pode ser medido pelo número de acessos, uma vez que o último encontro de formação do coletivo Edu com DH no edital do Governo Aberto foi um encontro aberto na Praça Patriarca ainda durante o Festival. Neste encontro, cerca de sete podcasts foram reproduzidos em caixas de som para os transeuntes da praça e para os oito participantes do evento que debateram o conteúdo dos trabalhos junto às mediadoras. Enfim, o que conta na plataforma como uma audição pode representar maior alcance.

Dessa forma, é possível afirmar que os produtos se cumpriram no seu potencial multiplicador. Os podcasts não se encerraram na experiência de produção em si, mas espalharam-se produzindo novas reflexões.

A segunda maneira em que se pode mensurar os resultados das formações em questão é a partir de relatos dos participantes no momento de avaliação, as mediadoras entendem que o processo resultou - em diferentes níveis - em melhor entendimento dos direitos humanos, maior criticidade acerca da mídia, empoderamento sobre a capacidade de produção de conteúdo midiático e compreensão da importância da participação social para conquista e manutenção de direitos.

7. Considerações Finais

A Educação em Direitos Humanos começou a ocupar espaço dentre os documentos da área a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1988. Pois, foi quando verificou-se a necessidade de educar em Direitos Humanos como tarefa indispensável para a promoção, defesa, respeito e valorização desses direitos (GALLO, 2018). Desde então o campo vem ganhando espaço, a partir de um conjunto de iniciativas que buscam transformações culturais que

contribuam para uma sociedade, livre, justa e democrática. O coletivo Edu com DH nasce em 2017 com o objetivo de pesquisar e atuar a partir da educação em direitos humanos, mas por meio da abordagem da Educomunicação. As primeiras atuações foram as formações dadas a partir no edital do Governo Aberto da Prefeitura de São Paulo.

O relato de experiência que compõe o presente artigo mostra como pretendeu-se criar um ambiente propício para a prática cidadã, uma vez que Gadotti (2000) define cidadania como “consciência de direitos e deveres”.

8. Referências

FREIRE, Paulo. *A educação como prática de liberdade*. Paz e Terra, 2014.

MORIN, EDGAR. *Ciência com Consciência*. Bertrand Brasil, 2000.

SOARES, Ismar. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação. Contribuições para a reforma do Ensino Médio*. Paulinas, 2011.

COUTINHO, Clara e JUNIOR, João. *Podcast em educação: um contributo para o estado da arte*. Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2007. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7094/1/pod.pdf>>. Acesso em: setembro de 2018.

LUIZ, Lucio e ASSIS, Pablo. *O Podcast no Brasil e no Mundo: um caminho para a distribuição de mídias digitais*. 2010 Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0302-1.pdf>>. Acesso em setembro de 2018.

ASSIS, Pablo. *Podcasting como ferramenta de distribuição de conteúdos digitais via internet*. Curitiba, 2010. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/32865341/R5-1834-2.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1536367526&Signature=pbNiiykd9ujd%2FHtlfQ9JPX30%2Fb8%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DPodcasting_como_ferramenta_de_distribuc.pdf>. Acesso em setembro de 2018.

FRANCO, D. “Podcast”. In: SPYER, J. (Org). *Para Entender a Internet: Noções, práticas e desafios da comunicação em rede*. Disponível em: <<http://www.cecm.usp.br/~eris/pub/acad/popular/Para%20entender%20a%20Internet.pdf>> Acesso em setembro de 2018

GADOTII, Moacir. *Educação para e pela cidadania*. In: RATTNER, H(org.). Brasil no limiar do século XXI São Paulo, Fapesp/Edusp, 2000.

Gallo, Janaina Soares. *EDUCOMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: UM CAMINHO NECESSÁRIO: A Educomunicação no Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos da Cidade de São Paulo* / Janaina Soares Gallo ; orientadora, Claudia Lago. -- São Paulo, 2018. 55 p

Sobre as autoras

Tatiana Luz - Jornalista formada pela Faculdade Cásper Líbero e graduanda do quinto ano da Licenciatura em Educomunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Tendo atuado na interface educação/comunicação desde 2014, hoje é membra do coletivo Edu com DH (Educomunicação em Direitos Humanos), em parceria com Andressa Caprecci e Janaina Gallo. Atualmente trabalha como assistente de tecnologias educacionais no colégio Oswald de Andrade, unidade Girassol, e como professora da Oficina Repórter Oswald (jornalismo e direitos humanos), na unidade Cerro Corá. Reside na cidade de São Paulo. E-mail para contato: tatianacarvalholuz@gmail.com

Andressa Caprecci - Estudante da Licenciatura em Educomunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Tem formação em cursos livres de audiovisual e em utilização prática em sala de aula. Membro do grupo de gestão do projeto Educom.GeraçãoCidadã (Dante Alighieri e CEU Casa Blanca) e educadora de aprendizagem criativa do Instituto Catalisador - ONG de educação. Tem experiência como educadora no Ateliê Nossa Casa, projeto de extensão da Universidade de São Paulo; ministrou em parceria com Tatiana C. a Oficina Educomunicativa de Rádio no colégio Instituto São José, da Rede Salesianas. E-mail para contato: andressa.caprecci@usp.br

Janaina Gallo - Educadora e advogada. Especialista em direito público, sempre buscou em sua trajetória acadêmica e profissional atuar em atividades relacionadas com a democratização do Direito. Atualmente atua como consultora pedagógica no Instituto Auschwitz para a Paz e a Reconciliação - AIPR. Foi coordenadora-adjunta de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo, atuou na consolidação da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e em entidades da sociedade civil que lidam com temas relacionados aos direitos humanos e à segurança pública, como o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) e o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) Também participou do curso de Formação de Governantes na Escola de Governo. Atualmente cursa Licenciatura em Educomunicação junto à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.